

# Mercado teme maquiagem após promessa de ajuste sem surpresa

*Kawall nega que medidas em estudo para corte de gastos do governo trarão "solavancos"*

FERNANDO NAKAGAWA  
E SIMONE CAVALCANTI  
BRASÍLIA E SÃO PAULO

O secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall, disse ontem que as medidas em estudo no governo para a área fiscal não trarão "surpresas ou solavancos" à economia. Decisões no estilo arrasa-quarteirão, segundo o secretário, são coisas do passado. Kawall também afirmou que não estão previstos novos cortes no Orçamento da União deste ano. Entretanto, ressaltou que a equipe econômica pode voltar a usar a tesoura se a evolução das despesas públicas exigir.

"Só quero dizer que não há motivo para temor do mercado ou da sociedade para um solavanco, para surpresas", declarou Kawall. "Isso, já há algum tempo, faz parte do nosso passado." A afirmação é uma resposta ao aumento das especulações sobre os rumos da política econômica no segundo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente após declarações do ministro de Relações Institucionais, Tarso Genro, de que a era (Antonio) Palocci teria acabado.

Conversas com agentes do mercado financeiro podem ter incomodado o secretário. "Alguém comentou que isso (o estudo de medidas fiscais) gera um pouco de intranquilidade. Não vejo motivo para isso", disse rechaçando a hipótese de adoção de medidas que contrariam a

promessa de Lula de manter a política fiscal austera.

Kawall preferiu não detalhar quais os ajustes em questão, assim como fez o ministro da Fazenda, Guido Mantega, na segunda-feira passada quando anunciou que os integrantes do seu ministério, do Planejamento e da Casa Civil estudavam um plano de ajuste fiscal. A ideia é tentar reduzir a proporção do gasto público em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).

O secretário voltou a destacar a importância de um acompanhamento mais detalhado da qualidade da despesa pública. "Nos próximos anos deve ser crescente o olhar sobre a qualidade do gasto, como a composição das despesas públicas ou o tamanho da carga tributária".

A dois meses do fim do ano, o secretário não descartou por completo a possibilidade de novo corte no Orçamento. Mas lembrou que a evolução dos dados indica o cumprimento das metas estabelecidas. Nos 12 meses encerrados em setembro, a economia para o pagamento de juros da dívida foi 4,28% do PIB. O resultado é só 0,03 ponto superior à meta de 4,25% e um ponto menor do que o registrado até setembro de 2005 (5,17%).

## DESCRENÇA NO AJUSTE

Especialistas em contas públicas receberam as declarações de que haverá uma redução de gastos correntes de forma incrédula. O raciocínio é o de que, para realmente reduzir as despesas necessárias, seria preciso fazer uma reforma da Previdência cri-

vel — com a desvinculação do reajuste do salário mínimo do restante dos benefícios e a imposição da idade mínima para a aposentadoria — ou ainda uma reforma administrativa. "Mas o PT sempre foi contra uma reforma administrativa, que não foi implementada no governo Fernando Henrique Cardoso por causa da oposição. Vamos ver o que ocorrerá enquanto eles estão na situação", disse Raul Velloso, para quem é difícil imaginar que o governo, que até agora era contra o corte de despesas, faça algo neste sentido.

Sérgio Vale, da equipe de economistas da MB Associados, vai além e classifica como "maquiagem" o discurso sobre a predisposição dos integrantes do governo para reduzir os gastos. Para ele, um ajuste na Previdência envolve custos, fiscais e políticos. E, afirma, o governo não possui

nem força tampouco vontade política para a barganha que tem de ser feita no Congresso para a aprovação desta matéria. O mesmo serve para o aumento do percentual de Desvinculação de Recursos da União (DRU), atualmente em 20%.

O ideal, diz, seria fazer uma reforma administrativa com o corte de funcionários públicos e um aumento da gestão em busca da eficiência do serviço público. "No entanto, isso também seria bem complicado e nem mesmo que o (Geraldo) Alckmin talvez conseguisse", afirma o economista, que diz acreditar que uma reforma fiscal "decente" está muito longe do cenário atual. "Teremos que esperar 2011".



Carlos Kawall